

## 6

### Considerações finais

Formar palavras é coisa que parece simples: elas surgem, são bem aceitas pela comunidade de fala sem que o falante se preocupe, necessariamente, com o modo como a nova palavra surgiu ou em que circunstâncias ela foi formada. É tudo muito natural.

Entretanto, debaixo dessa naturalidade estão regras que dão suporte para que o falante nativo de dada língua natural crie essas novas palavras, regras que ele, intuitivamente domina, reconhece e sabe aplicar de acordo com a necessidade.

Conforme visto no capítulo 2, os diferentes estudiosos da língua portuguesa concordam que o léxico se expande e que o processo de derivação por meio de afixos é grande responsável por essa expansão. O falante é detentor de uma gramática interna e possui, por assim dizer, um léxico virtual, do qual lança mão sempre que necessário, combinando bases e afixos, de modo ordenado por regras internas da língua que identificam a legitimidade ou não do novo item lexical.

Para Basilio (1987: 11), grande parte das palavras de uma classe gramatical existiriam, de modo virtual, em outra classe gramatical, o que facilitaria o processo de criação de um novo item lexical, desde que respeitados os padrões morfológicos, sintáticos e semânticos impostos pela língua. Ressalte-se, porém, que a associação entre as características semântica e morfológica da base são restritoras de inovações e fazem “com que sejam retirados do léxico potencial da língua as formações impossíveis do ponto de vista morfo-semântico” (GUILLEN, p.18).

No capítulo 3, em que se cuidou da distinção entre derivação e conversão, pôde-se ver que a derivação se faz por acréscimo de afixos à base nominal, e que os sufixos quase sempre mudam a classe gramatical do vocábulo ao qual se adjunge, sendo, pois, a afixação uma das responsáveis, morfológicamente, por criação de novas lexias na língua.

Derivar um nome é derivar um sentido. Entretanto, as motivações da derivação não se prendem tão somente ao sentido, pois há de se levar em conta

tanto as características morfológicas quanto as possibilidades sintáticas dos nomes-base da derivação. Assim sendo, nem toda derivação é possível uma vez as bases selecionem os afixos que a elas se agregarão.

Quanto ao processo de conversão, pode-se dizer que, em língua portuguesa, ocorre não no nível morfológico, mas nos níveis sintático e semântico, e que tais processos de conversão se prestam a determinado momento e a contexto específico da comunicação.

Estudadas a sufixação e a conversão, chegou-se à conclusão de que a direcionalidade do processo de identificação de um nome ser ou não deverbal, ou de um verbo ser ou não denominal, pode ser adequadamente descrita em termos da base nominal que dá origem ao verbo: quanto mais a base for de caráter concreto, maior será a possibilidade de o verbo ser um denominal. Tendo a base nominal pelo menos uma das características de verbo, tende ela a ser um deverbal.

No capítulo 4, vê-se que na formação de verbos denominais, as bases nominais que dão suporte à criação desses verbos tendem a ter caráter mais concreto, se substantivas, embora haja bases menos concretas e umas poucas abstratas. O sufixo verbal *-ar* se agrega a essas bases de modo mediato ou imediato, em processo de referenciação entre as características semânticas da base e o que se quer referenciar com a ação verbal. Uma vez criado o novo verbo, poderá ele ter uma forma nominalizada que guardará com ele estreita co-relação de significação.

Feita uma testagem preliminar das formas nominalizadas dos verbos denominais, percebeu-se que o falante opta, na maioria das vezes, pelo sufixo *-agem*, que tende a ser regular nos processos de nominalização de verbos denominais, já que “ a regularidade é justamente uma relação entre um sentido e uma estrutura” (MARTINS, p.99).

Pode-se dizer que a preferência observada pelo emprego do sufixo *-agem* na nominalização de verbos denominais se prende a pelo menos três fatores: (i) morfológico, (ii) semântico e (iii) gramatical. O fator morfológico manifestar-se-ia pela própria natureza da base verbal, que é nominal, à qual se agregaria o sufixo *-agem*, nominalizador tanto de nome quanto de verbo; o fator semântico relacionar-se-ia à condição de contigüidade existente entre referente e referenciado. Por fim, o fator gramatical ocorreria pela necessidade de usar um nome em lugar de verbo (BASILIO, 2004: 41- 42).

Clark & Clark (p.767) chamam de inovações os verbos denominais pois o falante é capaz de criar e de entender palavras que antes nunca havia escutado. Esta capacidade é dada pelo nome-base do verbo, que o falante não só conhece como também reconhece os seus muitos significados, a aplicação desses significados, a contigüidade deles e as possibilidades de referenciação que oferecem quando cotejados com outros nomes.

Em contraposição a outros sufixos verbais, que via de regra denotam erudição, incoatividade, repetitividade etc., do sufixo *-ar*, pode-se dizer que se presta, quase sempre, a formar verbos para as coisas básicas e práticas do dia-a-dia, em que o referente nomina, e referenciado denomina via processos accionais.

Assim é a língua e assim são os processos de expansão lexical.